

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### CONTRARRAZÃO :

AO ILUSTRÍSSIMO SR. PREGOEIRO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM - COREN

Ref: Pregão Eletrônico nº 09/2023

A VPX TECNOLOGIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº.: 08.646.703/0001-01, com Endereço na Rua Souza Dutra, 145 – Sala 807 – Bairro Estreito – Florianópolis/SC, Telefone (48) 5506-1326, email: vpx@vpx.systems, que neste ato regularmente representada por sua Sócio Proprietário, Sr. Victor Fernando Proscurchin, portador da cédula de identidade RG nº 17.236.962-9 SSP-SP e inscrito no CPF/MF nº 213.621.218-43, VEM, com o habitual respeito apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Interposto por 3CORP TECHNOLOGY INFRAESTRUTURA DE TELECOM LTDA., inscrita sob o CNPJ nº 04.238.297/0001-89.

DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, cabe destacar que nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/2002, cabe recurso administrativo no prazo de 3 (três) dias e em igual prazo os demais licitantes tem para apresentar suas contrarrazões.

Portanto, após a notificação da razoante, esta teria até o dia 23/03/2023 para interpor contrarrazão, razão pela qual o seu prazo ainda está em curso.

DO OBJETO DESSAS CONTRARRAZÕES

Alega a recorrente, em apertada síntese, que ofertou a VPX TECNOLOGIA LTDA., não atendeu as exigências solicitadas pela Administração Pública no referido Pregão Eletrônico nº 09/2023, cujo objeto diz respeito a Contratação de solução de rede sem fio com garantia pelo prazo de 60 (sessenta) meses, composta de equipamentos, licenciamento de software, instalação/configuração da Solução e repasse de conhecimento.

Assim cabe-nos auxiliar esta competente equipe de pregão trazer a luz da verdade os fatos publicados em ata do referido pregão e acabar com esta tentativa desesperada de fraudar o lícito processo de contratação pública.

Ocorre que, como veremos adiante, as Razões do recurso interposto pela recorrente não devem prosperar, e tem estas Contrarrazões o objetivo de afastar de maneira contundente e de forma irrefutável tais retenções, pois descabidas fática e juridicamente.

Os fatos:

3) DA NÃO APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO EM FORMATO DE CARTA OFICIAL DA FABRICANTE

O objeto do certame é a aquisição de solução de rede sem fio com garantia pelo prazo de 60 (sessenta) meses, composta de equipamentos, licenciamento de software, instalação/configuração da solução e repasse de conhecimento.

Note-se que o Termo de Referência é bem claro e de deixa de forma expressa que a garantia deverá ser pelo prazo de 60 (sessenta) meses, ou seja, 5 (cinco) anos, vejamos:

"4.5. Requisitos De Manutenção

4.5.1. Todos os equipamentos, partes e funcionalidades da Solução deverão possuir garantia de funcionamento/sustentação durante o prazo contratual definido neste instrumento, contado a partir do recebimento definitivo dos respectivos itens."

4.12. Requisitos De Garantia E Manutenção

4.12.1. O prazo de garantia será de 60 (sessenta) meses para o item 1 – Pontos de acesso, devendo a Contratada realizá-lo on-site, quando necessário, nas dependências da unidade Sede do Coren-SP;

Porém, a solução ofertada pela Recorrida não possui garantia pelo prazo de 60 (sessenta) meses, conforme consta no site da fabricante Edge-core, acessível em <https://www.edge-core.com/supWP.php>

.

A fabricante Edge-core, ao se referir ao produto modelo/versão EAP101/EAP102, informa que a garantia é de 36 (trinta e seis) meses, ou seja, não atende a necessidade e exigência deste Órgão

Embora a Recorrida tenha informado durante o chat que está ciente da obrigação contida no subitem 4.12 do Termo de Referência, certamente não conseguirá assegurar a garantia pelos 2 (dois) anos restantes.

Note-se é que condição sine qua non a garantia de 60 (sessenta) meses, não desincumbindo a Recorrida do ônus que lhe cabia, conforme bem constou no subitem do 1.2. do Anexo I – Requisitos Técnicos da Solução:

"1.2. PONTOS DE ACESSO

- A garantia do ponto de acesso sem fio indoor descrito neste item, deverá ser comprovada através de declaração expressa em carta oficial do fabricante;

- Deve possuir garantia por 60 meses do fabricante a qual dever ser comprovada mediante documento oficial do fabricante;"

E ainda, resta configurado a não capacidade de fornecer 60 (sessenta) meses de garantia da fabricante da solução, ao passo que deixou de responder o respectivo item no ponto a ponto, abaixo em destaque:

Veja i. Pregoeiro, que caberia a Recorrida para fins de comprovar a garantia de 60 (sessenta) meses, apresentar declaração expressa em carta oficial da fabricante, o que não foi apresentado.

Justamente para se evitar desamparo da fabricante por todo lapso temporal do contrato, é que constou a exigência acima, o que demonstra a prudência e diligência do Órgão, já que poderá sofrer inúmeros prejuízos financeiros com o término precoce da garantia.

Deste modo, a Recorrida falhou em demonstrar de forma cabal a exigência prevista no Edital, Termo de Referência e Anexo I - item 1.2, sendo está a "declaração expressa em carta oficial do fabricante", assim, não podendo o i. Pregoeiro flexibilizar com requisito de suma importância e relacionado a própria segurança e prejuízo ao erário.

Claramente a empresa 3Corp em uma tentativa de manipular os fatos e até mesmo desqualificar o pregoeiro, sua equipe de apoio e toda a equipe técnica do COREN não leva em consideração a diligência realizada e assertiva

decisão tomada conforme está transcrito da ata do referido processo de pregão.

Pelo transcrito não resta dúvida que a equipe de pregão diligenciou e tomou a decisão correta com as informações obtidas no pregão eletrônico.

#### 4) DA NÃO COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Seguindo a mesma linha de diligência e prudência do Órgão, constou destacado no Termo de Referência:

##### "4.13. Requisitos De Experiência Profissional

4.13.1. A solução, bem como todas as peças e componentes deverão, necessariamente, ser entregues e instalados por técnico certificado pelo fabricante, uma vez que caberá ao profissional e/ou equipe profissional, o desenvolvimento do projeto de arquitetura futura, a execução e coordenação de atividades de implantação, instalação, configuração e testes, bem como outras atividades necessárias para a devida utilização da Solução."

A Recorrida também deixou de apresentar o certificado emitido pela fabricante que seu(s) técnico(s) possuem capacidade técnica mínima para a realização do projeto de implantação, gerando mais um risco para o Órgão.

Assim, mesmo a Recorrida ter informado no chat que está ciente da condição do subitem 4.13.1., não demonstrou de forma inequívoca a condição requerida.

Novamente a empresa 3Corp em uma tentativa de manipular os fatos e até mesmo desqualificar o pregoeiro, sua equipe de apoio e toda a equipe técnica do COREN não leva em consideração a diligência realizada e assertiva decisão tomada conforme está transcrito da ata do referido processo de pregão.

Pelo transcrito não resta dúvida que a equipe de pregão diligenciou e tomou a decisão correta com as informações obtidas no pregão eletrônico.

#### 5) DA NÃO COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE DE ATENDIMENTO AO OBJETO DO CONTRATO

Ainda, chamamos a atenção a questão da falta de demonstração da condição de atender a exigência abaixo:

##### "1.2. PONTOS DE ACESSO

(...)

- Os serviços serão solicitados mediante a abertura de um chamado efetuado por técnicos da contratante, via chamada telefônica local, a cobrar ou 0800, e-mail, website ou chat do fabricante;"

Consultando o site da Recorrida, acessível em <https://vpz.systems/>, observa-se que o site é em língua estrangeira, só há indicação de 1 (um) único telefone de contato e e-mail genérico, o que por certo, dificultará a abertura e posteriormente, o acompanhamento dos chamados abertos pelos técnicos da Contratante.

Outrossim, a Empresa Recorrida possui sede no Estado de Santa Catarina e a sede do Órgão no Estado de São Paulo, ou seja, pelo menos 683 km de distância, o que nos levar a crer que haverá grandes dificuldades para atender a exigência abaixo prevista no Termo de Referência:

4.12.1. O prazo de garantia será de 60 (sessenta) meses para o item 1 – Pontos de acesso, devendo a Contratada realizá-lo on-site, quando necessário, nas dependências da unidade Sede do Coren-SP;

Ademais, analisando o nível de severidade crítica que possui prazo de 04 (quatro) horas corridas para solução e o mais baixo nível que é o da manutenção corretiva e preventiva cujo prazo é de 36 (trinta e seis) horas comerciais, surge a pergunta se a Recorrida tem corpo técnico qualificado e alta disponibilidade para atender os SLAs já indicados no Termo de Referência.

Uma nova tentativa em desqualificar toda a equipe técnica do COREN e equipe de pregão novamente se apresenta neste recurso onde se tenta limitar geograficamente a atuação de empresas de tecnologia limitando sua abrangência de atuação. O Termo de referência não faz qualquer menção a localização das proponentes vencedoras ou não instaladas em qualquer município do território brasileiro, permitindo assim a ampla participação conforme determina a lei. Ainda sobre este tema, informamos que possuímos diversos clientes no segmento público e privado, inclusive o atestado de capacidade técnica entregue comprova esta informação, na cidade de São Paulo.

#### 6) DA NÃO COMPROVAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NO PONTO A PONTO

Analisando o ponto a ponto apresentado pela Recorrida, é referenciado como documento de referência "WFA116573 (EAP101).pdf", porém referido documento não foi apresentado ou possui link acessível para consulta do documento.

Deste modo, não há como comprovar o cumprimento das especificações técnicas quanto ao subitem 1.2 relacionados abaixo:

##### 1.2. PONTOS DE ACESSO

Conforme consta em Ata, foram enviados dois arquivos; a proposta e o anexo III, a resposta ponto a ponto, onde encontra-se os arquivos listados abaixo:

- WFA116573 (EAP101);
- WFA117598 (EAP102)

Acreditamos que a empresa 3Corp não se atentou as informações da Ata e envio de documentos e que este ponto passou despercebido e que não está tentando mais uma vez desqualificar a equipe técnica do COREN que recebeu, leu e julgou tecnicamente este pregão. No intuito de colaborar com o equipe técnica do COREN, estamos enviando novamente os arquivos mencionados para dirimir quaisquer dúvidas.

Assim cabe-nos externar que o decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, dispõe no artigo 17, o seguinte:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

II – Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

V – Verificar e julgar as condições de habilitação;

VII – receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

VIII – indicar o vencedor do certame; [2](grifamos)

Mediante a simples leitura do supracitado artigo, resta cristalino os poderes designados aos pregoeiros, que entre outras competências, esta incumbido de verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital.

No mais, o parágrafo único do referido artigo, dispõe que "o pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão."

Ora, resta claro que o pregoeiro PODERÁ solicitar manifestação técnica. Logo, conclui-se que, a presença do amicus curiae não é obrigatória.

## DOS PEDIDOS

Conforme os fatos e argumentos apresentados nestas CONTRARRAZÕES RECURSAIS, solicitamos como lícita justiça que:

A – A peça recursal da recorrente seja conhecida para, no mérito, ser INDEFERIDA INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos;

B – Seja mantida a decisão do Douto Pregoeiro, declarando a classificação da empresa VPX TECNOLOGIA LTDA, conforme motivos consignados no parecer técnico proferido pela equipe técnica e de pregão do COREN em 15/03/2023;

C – Caso o Douto Pregoeiro opte por não manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

P. Deferimento.

Florianópolis/SC, 22 de março de 2023.

Sr. Victor Fernando Proscurchin  
RG nº 17.236.962-9 SSP-SP  
CPF/MF nº 213.621.218-43  
Representante

OBS: POR MOTIVOS DO COMPRASNET, NÃO ACEITAR CARACTERES OU ARQUIVOS EM ANEXO, ESTÁ CONTRARRAZÃO FOI ENVIADA NA ÍNTEGRA AO E-MAIL: pregao@coren-sp.gov.br.  
Aos cuidados do Sr. Rodrigo - pregoeiro

**Fechar**